

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Tribuna (São Paulo) Class.: 545Data 24 de Julho de 1983 Pg.: _____

Cimi discute destino do índio dentro da Igreja

BRASÍLIA — Os membros do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — ligado à CNBB, estarão reunidos, a partir de hoje, em Itaici, para discutirem "a caminhada dos onze anos do Cimi" tema da V assembleia geral da entidade. Em Brasília, o Cimi divulgou o documento que será discutido na assembleia que defende a participação do índio na pastoral indigenista, a necessidade de uma aliança libertadora entre índios, lavradores e operários, a defesa intransigente das terras indígenas e o respeito a autodeterminação desses povos.

"A especificidade não separa a pastoral indigenista das outras pastorais — defende o Cimi. Deve-se, nos anos vindouros, ainda mais, reforçar as alianças com todas as forças dentro da Igreja, no Brasil e nas Américas, que visam uma transformação radical da sociedade e de considerados pontos do sistema que considera os povos indígenas uma ameaça a sua segurança e um fator de distúrbio e um atraso ao progresso. O Cimi fala na reconstrução da *Ameríndia*, a partir e com os índios e também lança a idéia da criação de um "Conselho de pastoral junto aos povos indígenas", onde os missionários, aos poucos, se transformariam em assessores", dos índios.

Fazendo uma autocrítica do trabalho da Igreja junto a estas comunidades, o Cimi afirma que "no fato de que os índios nas assembleias da entidade são apenas admitidos como "assessores" há algo de colonialismo subjacente".

A política indigenista do Governo é criticada pelo Cimi, que encara com desconfiança o

trabalho do novo presidente da Funai Otávio Lima. "No seu primeiro dia de trabalho — afirma o Cimi — o presidente, empossado no início do mês, chamou a polícia para cercar o prédio da Funai, alegando "proteção do patrimônio". Zelar pelo patrimônio hoje na Funai não significa zelar pelos bens dos índios. Policiais como assessores, assistência em vez de demarcação de terras e a escolha de assessores do "pessoal da casa" que não têm mais muitas reservas de honestidade, tudo isso já delinea, fatalmente, o fracasso pessoal e estrutural da gestão Otávio Lima, na presidência da Funai".

O Cimi afirma que, nos últimos anos, a Funai passou por um processo de militarização, contratando assessores militares só agora afastados de suas funções pelo novo presidente, "quase todos despreparados para a função, preconceituosos e desinformados sobre os índios e indiferentes a seus direitos ou à sua sorte".

O Cimi observa que o modelo de desenvolvimento adotado a partir de 1964, atingiu as populações indígenas com a construção de estradas e ocupação da Amazônia. A política indigenista do estado recebeu, em função desse modelo, a incumbência de tornar o índio "inofensivo", de pacificá-lo e neutralizá-lo mediante contatos apressados, transferências, redelimitação de terras já demarcadas, etc..., tudo isso à custa da vida de milhares de índios, vítimas de uma integração compulsória na sociedade nacional. O integração é nova variante do etnocídio", conclui.